

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

REFLETINDO SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ, O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E O ACESSO À EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS A PARTIR DA *KUÑANGUE ATY GUASU*

Claudia Regina Nichnig

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR)

claudianichnig@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as agendas de enfrentamento as violências e as discussões sobre o acesso à educação formal a partir dos documentos finais produzidos pela Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá – *Kuñangue Aty Guasu*, realizada em 2019 e 2020, no Mato Grosso do Sul. Os dois grandes encontros são espaços de formação de lideranças femininas nos territórios indígenas do Mato Grosso do Sul e atuação política. Assim, a proposta é focar a agência das mulheres indígenas, que problematizam as diferentes formas de enfrentamento às violências, percebendo como são percebidas as violências no âmbito conjugal e familiar, mas também as perpetradas pelo Estado. Também analisa o acesso à educação formal, principalmente universitário, a partir das dificuldades enfrentadas e o debate sobre como também é um espaço de luta coletiva para que a permanência das estudantes indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Meninas e mulheres indígenas, Enfrentamento às violências, Educação universitária.

As mulheres tiveram seu acesso obstado não só em espaços políticos de poder e decisão, mas também o acesso à educação formal e universitária. Através da participação das mulheres Guarani e Kaiowá em sua grande assembleia, o trabalho busca analisar a realização de encontros de mulheres indígenas como um fenômeno relativamente recente, o qual poderá utilizar as discussões propostas pela História do Tempo Presente, mas também perceber as relações destas manifestações políticas com as participações em coletivos de mulheres e o acesso à educação formal e universitária.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Neste trabalho procuro analisar as agências das mulheres indígenas, através dos documentos produzidos após e durante os encontros realizados por meninas e mulheres indígenas Guarani e Kaiowá, com ênfase no “Relatório Final da VII Kuñangue Aty Guasu”, mas também problematizar os aspectos de produção e circulação do documento.

O debate das mulheres indígenas na história do tempo presente nos permite uma pesquisa com as mulheres indígenas e não sobre elas, sendo que entendo a assembleia como um espaço de construção coletiva. As mulheres indígenas afirmam em assembleia que são as protagonistas e nós somos apenas “escuta”. Quando analiso um documento que é fruto de uma reivindicação coletiva de mulheres indígenas percebo que assim como “os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra”(BOSSI, 2003, p.15) e nos fazem ser escuta. Essas mulheres nos permitem outras narrativas possíveis, pois a “história que se apoia unicamente em documento oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”(BOSSI, 2003, p.15).

Como em muitas culturas indígenas os espaços políticos são restritos aos homens, sendo que as mulheres têm suas falas restritas ao espaço privado, a proposta é refletir a partir das manifestações e conclusões das próprias mulheres indígenas, que participam da grande assembleia de mulheres indígenas Guarani e Kaiowá e do coletivo organizado através da assembleia, como se entrelaçam pautas coletivas dos povos indígenas e as pautas específicas das mulheres, especialmente as propostas de enfrentamento e estratégias de resistência às violências.

A organização da grande assembleia de mulheres Guarani e Kaiowá – *Kuñangue Aty Guasu* realiza um encontro anual em que mulheres indígenas e não indígenas, além de autoridades, reúnem-se para discutir pautas específicas das mulheres. Além disso, a assembleia organiza-se como um coletivo que permanece ativo e atuante, em diferentes frentes e demandas das mulheres. Especialmente em relação à assembleia, este é um espaço para que sejamos escuta destas mulheres que em outros espaços são silenciadas. Assim, a *Kuñangue Aty Guasu* propõe a discussão de pautas e agendas específicas para as demandas das mulheres e meninas desta etnia, sendo um importante espaço de fala

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

para as mulheres, em que se formam e são formadas como lideranças femininas, e solicitam a escuta de outras pessoas, homens indígenas, das mulheres brancas e das autoridades presente, e ainda para aquelas em que suas propostas são enviadas através do relatório final, documento que analiso mais atentamente na segunda parte deste artigo. Nesse espaço as meninas e as mulheres buscam o respeito de seus conhecimentos tradicionais e debatem de que forma o conhecimento dos brancos (karais) interferem no modo de ser indígena. Então a fala e a escuta para as meninas e mulheres indígenas são importantes neste espaço de ativismo, mas também de formação de lideranças. É um devir que se aprende e conquista e para as meninas e mulheres indígenas existem aprendizados específicos para tornar-se uma liderança. bell hooks alerta que erguer a voz, transforma as mulheres de objeto para sujeito “o ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta” (hooks, 2019 [1984], p. 38-39)

Assim, pensando que a voz libertadora de que nos fala bell hooks é o instrumento utilizado por essas mulheres e meninas indígenas das etnias Guarani e Kaiowá, principalmente a partir da ocupação desse espaço de liderança que é a “Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá - Kuñangue Aty Guasu, encontro que acontece no Mato Grosso do Sul desde 2006, sendo que a partir do ano 2012 passou a ser anual. Em 2019, participei como professora e pesquisadora do VII Kuñangue Aty Guasu, realizado entre os dias 16 e 20 de setembro, no Tekohá Yvy Katu Potrerito, atuando como facilitadora de uma das oficinas sobre violências. Através de uma perspectiva intercultural as organizadoras da assembleia convidam várias entidades e seus/suas representantes para pensar agendas e estratégias de enfrentamento, em seus diferentes campos de atuação. A proposta aqui é refletir sobre algumas das questões específicas discutidas na assembleia realizada no ano de 2019: o enfrentamento as violências cometidas por mulheres e meninas nas relações familiares e as diferentes formas de violência institucional.

As organizadoras do encontro de 2019 ressaltam a participação de diferentes gerações de pessoas apontam para “seriedade e reconhecimento da luta das Mulheres

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

indígenas”¹. Naquela oportunidade, as discussões sobre violências contra as mulheres tiveram destaque, inclusive com a realização de oficinas sobre a temática, sendo que participei juntamente com a professora de antropologia da UFGD, Simone Becker, neste espaço de discussão em que as participantes relataram casos de violências sofridas e enfrentadas, sendo que algumas mulheres indígenas afirmaram a dificuldade para o registro das violências e a necessidade de buscarem novas formas de vida e relacionamento, não marcados por experiências de violências. Também fizeram denúncias de conhecimento de violências obstétricas sofridas por elas mesmas ou por suas irmãs e familiares, bem como o tratamento pouco respeitoso recebido em alguns espaços públicos.

O que podemos perceber pelo documento final do encontro encaminhado para diferentes autoridades brasileiras, federais, estaduais e municipais. Assim, mesmo que questões como a demarcação das terras indígenas e a proteção dos territórios sejam demandas importantes, percebo como a reflexão sobre resistência de mulheres indígenas em contextos de enfrentamento às violências, não somente no âmbito privado, mas também as violências sofridas em ambientes públicos evidenciam que os corpos das mulheres são territórios violentados por homens (indígenas ou não) e pelo próprio Estado.

A partir da perspectiva da história do tempo presente, minha proposta é analisar as indígenas à frente de seus processos de resistências, como sujeitos políticos, que vem travando uma luta na recuperação de suas terras ancestrais, da efetividade de seus direitos como uma vida sem violência, atuando na (re)construção da história e da imagem histórica das populações indígenas no cenário nacional. Se ao nos debruçarmos sob um recorte de gênero e feminista ainda há um apagamento das trajetórias indígenas e sobretudo de suas atuações como lideranças e reivindicação de agendas específicas para essas mulheres, em que o recorte étnico é necessário e imprescindível.

Para pensar teoricamente a discussão proposta “além das categorias de raça/etnia e gênero, compreender os movimentos políticos de mulheres indígenas tem exigido reflexões mais aprofundadas em torno das noções de branquitude e colonialidade

¹ Documento final produzido pela Organização da VII Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

enquanto ideias que se inter-relacionam.” (DUTRA, MAYORGA, 2019, p. 121). Trazer ao debate as mulheres indígenas na história do tempo presente, é pensar uma pesquisa com as mulheres indígenas e não sobre elas, e pensando outros espaços de construção coletiva quero refletir sobre as marcas da colonização como um “passados que não passam”, desta forma a colonialidade presente em países como os da América Latina, que apresentam a invisibilidade social e a exclusão econômica e política de povos tradicionais. O trabalho analisa as reivindicações das mulheres indígenas durante o Kuñangue Aty Guasu de 2019, tratando de uma pesquisa em que o “tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua” (AREND, MACEDO, 2012, p. 6).

O *Kuñangue Aty Guasu* é um importante lugar de fala e que as outras participantes deveriam apenas atuar na escuta naquele espaço. Eu destaco as denúncias das violências sofridas, como a obstétrica por exemplo. Para isso, as organizadoras do encontro trazem a fala das parteiras ou rezadoras (*nhande sy*) sobre esse modo de agir Guarani e Kaiowá diante da vida e da morte, sendo elas as principais anfitriãs da assembleia sempre realizando a abertura e o encerramento das atividades.

Se a colonialidade do saber impôs o saber médico em detrimento dos saberes tradicionais indígenas que dizem respeito ao cuidado do parto e puerpério, por exemplo, as parteiras nos ensinam sobre cuidado, demonstrando a importância da reza para o acompanhamento antes e durante o parto e destacando o uso de ervas medicinais. A pesquisadora Priscila Anzoategui alerta para as principais temáticas debatidas na grande assembleia em 2019, chamando atenção para as questões específicas das mulheres como “a violência doméstica, a segurança nos tekohá e atualmente a questão das crianças indígenas retiradas do fogo doméstico e colocadas em instituições governamentais de acolhimento (ANZOATEGUI, 2018, p. 2)”. Martina Almeida relata a importância da tradução dessas vozes, já que sem compreender a língua, a uma tentativa de compreensão pelos agentes de Polícia, mas que muitas vezes não condiz com que realmente aconteceu (ALMEIDA, 2019). A partir destas impressões destaco algumas das agendas debatidas coletivamente durante assembleia realizada no ano de 2019.

Para analisar algumas das agendas trazidas ao debate pelas mulheres reunidas em assembleia, apresento alguns aspectos da produção e da circulação do documento

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“Relatório Final da VII Kuñangue Aty Guasu”. Através da análise do documento produzido a partir do que foi debatido durante a assembleia, busco perceber a influência e a agência das mulheres indígenas através da realização e da circulação do relatório final. O documento é datado 20 de setembro de 2019, último dia do evento, o que significa que foi redigido durante a realização da assembleia, durante o período em que estiveram reunidas no Tekohá Yvy Katu Potrerito, localizado no município de Japorã, Estado do Mato Grosso do Sul. Através da relatoria das lideranças do encontro, este foi escrito por muitas mãos e não trás a assinatura de apenas uma liderança, justamente por se tratar de uma organização horizontal, em que a escrita de uma única mulher não responde pelo grupo e sim todo o coletivo. Entretanto, podemos destacar algumas lideranças como *Kuna Arandura*, Jaqueline Gonçalves e Clara, mas principalmente as muitas *nhande sy*, responsáveis por ancorar as jovens lideranças. Vale ressaltar que tanto a realização como a logística da realização de um encontro de mulheres em um território indígena, distante da cidade, precede uma logística e uma organização muito intensa, que envolve dedicação das lideranças e um custo elevado, pois na maioria das vezes precisam ter acesso a energia elétrica e portanto são alugados geradores e ainda nestes locais não há acesso a rede mundial de computadores e é preciso comprar pacotes de internet. Além destas questões de acesso a tecnologia, é preciso arcar com um custo de aluguel de uma estrutura física, que corresponde a tendas, mesas, cadeiras, etc. Além disso, como as mulheres indígenas que participam da assembleia se deslocam de seus locais de moradia, geralmente a assembleia arca com o custo do deslocamento ou parte dele e ainda com todo o fornecimento de alimentação que é fornecida às mulheres, crianças e demais parentes que acompanham a assembleia.

A partir do documento final é possível perceber que a circulação das propostas, encaminhamentos e agendas constantes do mesmo analisado, ocorre através do envio dos mesmos para diferentes autoridades, e conforme se depreende do seu cabeçalho, este foi encaminhado ao presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, bem como à diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, principalmente dos Poderes Executivo e Judiciário. Mas a efetiva circulação e divulgação do relatório se dá principalmente através das redes sociais e dos debates realizados nos diferentes espaços, propostos pelas próprias lideranças indígenas e por pesquisadores/as, indigenistas,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

professores/as, bem como apoiadores/as da causa indígena. *Kuna Arandura*, a liderança Jaqueline Gonçalves, afirmou na assembleia realizada virtualmente em 2020, que apesar do Kuñangue ter enviado a todas as autoridades listadas no relatório, pouco ou quase nenhum retorno recebeu dos órgãos públicos para os quais o documento foi encaminhado, conforme publicizou na mesa de encerramento da VII assembleia, no dia 30 de novembro de 2020, realizada de forma online, devido a impossibilidade de deslocamento e a obrigação do distanciamento social diante da pandemia de coronavírus que assolou o Brasil e o mundo desde o início de 2020, afetando diretamente os povos indígenas.

Em relação ao relatório que ora analiso, este foi publicizado através do site jornalístico www.apublica.org; no site do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), www.cimi.org.br, dentre outros. O site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), <https://apiboficial.org/> apesar de ter divulgado os relatórios finais das assembleias que aconteceram nos anos 2017 (V Kuñangue) e 2018 (VI Kuñangue), o relatório da assembleia de 2019 ainda não está disponibilizado publicamente no site da articulação, mas foi encaminhado à mesma. Vale lembrar que outras notícias importantes referentes ao ano de 2020 e a comunidade indígena Guarani e Kaiowá do MS, como a realização das barreiras sanitárias para o enfrentamento da pandemia do Covid-19, foram notícia neste importante espaço de articulação indígena. O encontro de 2018, o relatório final e a participação das representantes da FUNAI da região da grande Dourados foram destaque no site da autarquia naquele ano,² como um importante espaço de diálogo. A partir de 2019 e a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, a gestão atual do órgão mantém um distanciamento com a comunidade Guarani e Kaiowá, como destacou o professor antropólogo Tônico Benites, na mesa que aconteceu no dia 30 de novembro de 2020: “Faz um ano que a Funai não fala conosco. Faz quinze anos que estou acompanhando o trabalho da Funai, desde então o único órgão que se comunica com a gente é o MPF, semana passada falei com os procuradores federais, como o Doutor Marco Antônio”.³

² <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4975-vi-kunague-aty-guasu-configura-espaco-de-dialogo-e-resistencia?start=1>

³ Registros realizados por mim, durante o acompanhamento da assembleia online realizada durante os dias 28 a 30 de novembro de 2020, na página do facebook da assembleia, os quais disponibiliza as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A realização de uma assembleia anual, organizada por mulheres mas que “não é um espaço só de mulheres”, fazendo menção a necessidade da escuta dos homens indígenas e das autoridades diante das questões levantadas pelas mulheres indígenas. Classifico como as principais temáticas discutidas na assembleia: a descrição das diferentes formas de violências sofridas por mulheres e crianças indígenas em território, na reserva indígena de Dourados e ainda nas diferentes áreas de retomada; discussões sobre a situação da reserva indígena de Dourados que as participantes descrevem no documento final como uma forma de “confinamento”; temas como o meio ambiente, saúde e adoecimento; com destaque a medicina tradicional e o cuidado com gestantes, puérperas e crianças.

O relatório entende as violências contra as mulheres de uma forma bastante abrangente, incluindo “todos os pacotes de leis que ferem os nossos corpos, nos violam, nos assassinam e retiram o nosso direito à vida”, em que a intervenção do Estado sobre os corpos das mulheres é entendida como uma violência institucional. O relatório também afirma a perspectiva multiplicadora das agendas e denúncias feitas na assembleia e descritas no relatório, que afirma que o espaço do encontro pretende estar “à disposição para ecoar as vozes das mulheres que queiram falar sobre a violência”⁴. Desta forma, a assembleia que traz “as demandas das mulheres indígenas após essa escrita acima que é um pedido de socorro à VIDA das Mulheres Guarani e Kaiowá”, evidencia que este espaço é um importante canal de denúncia principalmente para as mulheres que vivem nos territórios indígenas, *tekohas* e áreas de retomada distantes da cidade e do acesso às políticas de proteção acessadas diante das violências sofridas no contexto familiar e doméstico. Estas mulheres usam o espaço da assembleia para denunciar pois “a violência nos fere cotidianamente, e avançam com mais forças”, demonstrando que o ano de 2019⁵ configurou-se como um ambiente bastante hostil para as mulheres brasileiras, especialmente para às mulheres indígenas.

gravações das mesas e algumas imagens da organização e da participação das mulheres em diferentes *tekohas*. Disponível em: <https://www.facebook.com/kunanguatyguasu>. Acesso em: 02.12.2020.

⁴ As partes grifadas em negrito ou em caixa alta foram assim destacadas no próprio relatório final analisado. Relatório final p. 7.

⁵ Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 e sua posse em 2019, diferentes políticas para as mulheres foram extintas, inclusive a Secretaria de Política para as Mulheres, a qual realizava diferentes política de enfrentamento as violência contra as mulheres, inclusive com um recorte interseccional, destacando as mulheres indígenas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em relação à legislação específica de enfrentamento às violências contra as mulheres, a Lei Maria da Penha⁶, a assembleia “postula que haja um parágrafo que atenda às nossas especificidades como mulheres indígenas”. Esta especificidade tem relação com a questão do distanciamento geográfico, mas também da ausência de políticas públicas e sociais, a completa ausência do Estado nestes espaços. A ausência do Estado se traduz em ausência de políticas públicas, mas também do não acesso a fornecimento de água, energia elétrica e sinal de telefone que podem ser considerados serviços públicos essenciais, por envolverem a satisfação de necessidades básicas para as pessoas, o que traduz que a população indígena vive em uma situação de extrema vulnerabilidade social, acentuada para as mulheres e crianças. O relatório afirma: “Em nossa aldeia não há sinal de telefone, inclusive para comunicar o descumprimento de medidas protetivas, como iremos denunciar se as delegacias estão distantes e no caminho podemos ser mortas?”, se traduzindo em graves denúncias realizadas pelas participantes da assembleia, evidenciando que a distância geográfica, mas sobretudo a ausência e a negligência do Estado perpetuam as violências. Esta ausência de forma proposital pode ser entendida como uma política genocida perpetrada contra as mulheres e seus corpos violentados, em que as condutas negligentes de um Estado omissivo e violento devam ser penalizadas, o que entendo como uma necropolítica (MBEMBE, 2016, 2018). São políticas de morte que fazem e deixam morrer as mulheres indígenas diante da ausência de políticas públicas, como afirmam estas mulheres que entendem que se trata de uma forma de “violência silenciosa que assassinou e continua assassinando as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá”, conforme expresso no relatório final.

A organização da assembleia pelas mulheres não exclui os homens indígenas deste espaço de debate, pois a mesma tem um caráter pedagógico principalmente dirigido aos homens que “precisam dar valor e não violentar as mulheres indígenas” e “precisam estar mais presentes em nossas assembleias para ser escuta do que tem a dizer as mulheres da nossa comunidade, e tem que entender e acolher as nossas demandas não nos perseguir por isso”, conforme expressam no relatório final do encontro. Esta forma

⁶ Conhecida como Lei Maria da Penha, a Lei 11340/2006 visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 02.12.2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

impositiva das mulheres indígenas para que se façam ser respeitadas diante dos homens, foi percebido pela professora Graciela Chamoro, em entrevista que eu fiz com a mesma neste ano, como algo que traz incômodo aos homens indígenas, pois a assembleia específica das mulheres impacta diretamente o modo de ser dos homens, muitas vezes pautados em sua cultura, que demonstra a presença de uma hierarquia de gênero também nas sociedades indígenas.

A Assembleia das mulheres traz pautas incomodas para a própria sociedade Guarani, sobretudo aos homens, o tema do alcoolismo e a violência contra as mulheres e as crianças nas próprias comunidades. Como acontece na sociedade não indígena, há pautas que unem as pessoas num grupo, como lutar pelas terras indígenas. Já a luta pelos direitos das mulheres pode mesmo desarticular um movimento, porque muitas pessoas não têm consciência da gravidade da violência física e estrutural contra as mulheres e não são favoráveis a mudanças nesse campo. (CHAMORRO, NICHNIG, 2021, p. 19)

A ideia de posse dos corpos das mulheres seria um reflexo da herança colonial? Estaria este sentimento presente na cultura indígena ou se trata de um reflexo do contato com a cultura ocidental? As hierarquias de gênero e o machismo que refletem em práticas violentas são muitas vezes naturalizações das relações entre homens e mulheres indígenas. Segundo Chamorro, em entrevista concedida a mim, as violências não se dão somente no âmbito familiar e doméstico, mas também os próprios líderes das comunidades são autores de violências “Não raro, elas sofrem retaliações dos líderes da comunidade, para quem o direito das mulheres não se aplica às mulheres indígenas. Para eles, o natural é que as mulheres não lutem pelos seus direitos.” (CHAMORRO; NICHNIG, 2021, p. 20).

Outro recorte que faço para refletir neste artigo sobre o relatório final da assembleia é uma perspectiva essencialista e da ênfase na natureza e na possibilidade de gerar vida das mulheres, que se relaciona tanto com a geração de vida como da própria natureza, pois é no corpo das mulheres que se faz a vida, pois “nós quem damos vidas a eles, saem dos nossos ventres”⁷ chamando atenção aos homens indígenas, que a vida é gerada no ventre das mulheres, e portanto estas devem ter suas vidas e seus corpos respeitados. Quando se trata das mulheres gestantes, a violência é triplamente aviltante, pois as mulheres gestante deveria ser protegidas e ressaltadas a sua importância na

⁷ Tem um debate proposta pela Antropologia que fazendo uso das tecnologias reprodutivas também é possível se gerar vidas de forma medicalizada e assistida. Para se aprofundar no debate sugiro: AMORIM, 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

comunidade, causando repulsa pois “apanham dos seus companheiros e não há uma proteção legal efetiva a elas, nos veem como soco rupá/saco de pancada, pedimos socorro”, o que demonstra ainda mais a vulnerabilidade do corpo das mulheres gestante, que não tem suas vidas e seus corpos poupados ou respeitados nem mesmo durante o processo de gestar, o que acentua a indignação em torno da denúncia realizada em assembleia. Ainda sobre a Lei Maria da Penha a dificuldade e quase impossibilidade da sua implementação para a realidade das mulheres indígenas, que encontram dificuldades tanto no acesso a denúncia como na efetividade da lei, faz com que estas afirmem em assembleia que se trata de uma lei “morta” para elas, pois “a Lei Maria da Penha para proteger a vida de mulheres indígenas é uma lei morta no papel e na prática, porém é a única que tenta minimizar o que chamamos de violência”, ainda assim é ressaltada pelo grupo como a única específica que busca minimizar os efeitos e impactos das violências contra as mulheres.

As mulheres debatem na assembleia sobre as violências, considerando um cruzamento das opressões de gênero, etnia e sexualidade. Para pensar esse debate o uso do conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw (2002) pode ser útil, que considera essas opressões articuladas. Entretanto o mesmo conceito é questionado por Ochy Curiel Pichardo que pensa o mesmo como “uma proposta liberal” pois foi introduzido pela feminista negra estadunidense ao questionar a não aplicação das legislações protetivas em relação as múltiplas opressões sofridas por trabalhadoras negras. Para Ochy Curiel Pichardo interseccionalidade é “mais uma categoria descritiva, que descreve. Mas não é uma categoria de resistência, por exemplo, que sim é a ligação das opressões ou a matriz das opressões” (PICHARDO, SILVA, 2021, p.9). A autora colombiana propõe que o termo de Patrícia Hill Collins “matriz de opressões” seria mais abrangente e segundo ela mais eficaz do que o termo interseccionalidade, pois “apresenta como essa matriz de opressão tem elementos subjetivos, mas também elementos estruturais” (PICHARDO, SILVA, 2021, p.9).

Também considerou a liderança Jaqueline Gonçalves em entrevista publicada em 2020, que definir-se como lésbica e indígena é uma questão recente dentro das

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

narrativas coletivas das mulheres indígenas “Esse ano 2019 foi o ano onde na 7ª assembleia foi que a gente tocou no assunto “lésbica”, dentro de uma assembleia, diante de uma plenária de anciãs, jovens, homens, crianças, comunidade etc.” Para a liderança:

“não tem mais como a gente não dá a visibilidade para a questão lésbica porque hoje tem muitas pessoas que se identificam como lésbicas, gays, e são indígenas e sofrem triplamente as violências em seus corpos. Então, não tem como a gente discutir direitos e deixar eles de lado. Seria uma violência também não discutir. (NICHNIG; SAMPAIO, 2020, p. 219)

Assim, a “matriz de opressões” ou o termo “interseccionalidade” define aquilo que Jaqueline Gonçalves conceitua em relação às mulheres indígenas que explicitam sua não heterossexualidade como marcador identitário e, assim, estão expostas triplamente às violências sob seus corpos. São, portanto, corpos-territórios que resistem, mas também sofrem e são acometidos de violências, a que são submetidas não somente pelos homens, mas também igualmente a violência de um Estado marcado pela colonialidade.

Acesso e violências sofridas no ambiente universitário

Em relação às comunidades indígenas, apesar de serem povos extremamente fortes e resistentes, por terem resistido aos processos de genocídios desde o período da colonização, muitos vivem em situação de extrema exclusão e vulnerabilidade social, principalmente em regiões em que o conflito pela posse da terra é uma constante. A ausência de poder (econômico e político) fez com que sofressem processos violentos, em que ao mesmo tempo em que foram tutelados pelas legislações em vigor, sofreram exclusões e processos de extermínio. Mesmo diante de todas as formas de violências e exclusões, apresentam uma grande capacidade de reinvenção, organização e mobilização coletiva, em que essa visão comunitária permitiu a construção de estratégias de resistência, através dos movimentos sociais e coletivos indígenas, como o aqui analisado. Além da mobilização local esses grupos se articulam nacionalmente, agrupando diferentes etnias em torno de uma identidade comum, os povos indígenas, como vimos na mobilização Levante pela Terra, neste ano de 2021, que contou com a participação das participantes da *Kuñangue Aty Guasu*.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Percebo os movimentos indígenas como propositivos, que ao buscarem inicialmente a proteção de suas vidas e da terra, também buscam a preservação da sua memória e cultura, tendo esses direitos sido conquistados através da articulação no processo da constituinte, posteriormente regulamentados na Constituição Federal de 1988. Os movimentos indígenas propõem que seus direitos através das legislações já regulamentadas sejam garantidos, sendo que o direito à cultura e o incentivo a sua preservação, se desdobraram em legislações específicas como as que determinam o ensino da história, língua e cultura indígenas, legislação de 2008⁸. Além desta iniciativa, somam-se as legislações que tratam do direito ao acesso ao ensino, à promoção de uma educação intercultural, as normativas específicas das diferentes instituições de ensino. Ainda assim, alunas e alunos indígenas enfrentam dificuldades não só no acesso, mas principalmente no que se refere à permanência no ensino universitário. Prejudicadas por conta das dificuldades de deslocamento entre universidade e seus locais de moradia, no acesso a alimentação e a possibilidade de sustento nas universidades as/os estudantes indígena necessitam de políticas de permanência nas Universidades. Estas quando não estabelecem regras específicas são objeto de exigências das/dos próprios estudantes indígenas que, organizadas/os, reivindicam políticas institucionais de permanência na universidade. A partir das argumentações das próprias indígenas durante as assembleias aqui analisadas verifico que dificuldades e impedimentos ainda são percebidos para o acesso e a manutenção destas meninas e mulheres nos espaços institucionais de educação.

Esta história em construção está sendo escrita e refletida pelas próprias mulheres indígenas que, ao se organizarem em coletivos e assembleias, como o *Kuñangue Aty Guasu*, propõe que suas experiências e trajetórias marcadas por lutas e resistências, sejam conhecidas e ouvidas para que, transformadas em luta coletiva, sejam efetivamente respeitadas como sujeitas históricas e de direito que são Para que sejam marcadas por respeito, conhecimento e reverência pela sua importância, força e potência, e não mais marcadas por violências e exclusões. O que pretendo aqui é

⁸ Brasil. Lei 11.645/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 09.08.2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

somente me juntar a elas para fazer ecoar suas vozes, que são fortes e há muito se fazem ouvir.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Martina. A luta e os direitos das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá: Kuñangue Aty Guasu (Grandes Assembleias das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá). Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul – UEMS, 2019.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2018.

ANZOATEGUI, Priscila. Somos todas Guarani-Kaiowá: Entre narrativas (d) e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. 2017. UFGD.

_____. Kuñague Aty Guasu: A Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá. In. Anais do XVI Encontro de História da ANPUH-MS, 2018.

AREND, Silvia Maria Favero; MACEDO, Fabio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rosso. Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHAMORRO, Graciela. Histórias, línguas e culturas dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. [Entrevista realizada em 05 de outubro de 2020]. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 32, e 0303. jan./abr. 2021. Entrevistadora: NICHNIG, Claudia.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero – Estudos Feministas, vol. 10, n. 1/2002 p. 171-188.

DUTRA, J. C. O., MAYORGA, C. Mulheres indígenas em movimentos: Possíveis articulações entre gênero e política. Psicologia: Ciência e Profissão, 39(n. esp.), 113-129, 2019.

hooks, bell. 1984. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro, pp. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/download/8993/7169>. Acesso em: 01.11.2020.

MBEMBE, Achille Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política de Morte/Achille Mbembe; Traduzido por Renata Santini. São Paulo, n-1 edições, 2018.

PICHARDO, Rosa Inés Ochy Curiel. A aposta teórico política do lesbofeminismo antirracista decolonial.[Entrevista realizada em 05 de outubro de 2020].Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0302. jan./abr. 2021. Entrevistadora: SILVA, Ariana Mara da.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulários estratégico decolonial. E-cadernos CES [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI : 10.4000/ eces.

_____. Uma agenda de ações afirmativas para as Mulheres Indígenas no Brasil. Série Antropologia, Universidade de Brasília, 2003.